

30 Abril - 16 Maio 82

O Jornal

nº 374

p. 1

p. 6-7

Entrevista

Fundação Cuidar o Futuro

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

PRIMEIRO MINISTRO

Fundação Cuidar o Futuro

O jornal

Entrevista exclusiva

Lurdes Pintasilgo “pergunta” ao PS: Sou secretária-geral – de que partido?...

págs. 6/7



Fundação Cuidar o Futuro
Adelaide Paiva fala a “O Jornal”

Deputada do PSD nega tráfico de droga

págs. 2/3



Os discursos dos “capitães de Abril”

● Textos integrais

págs. 2/11 (2.º caderno)

Nosso repórter escreve de Buenos Aires

O tango das Malvinas

Pedro Rafael dos Santos, enviado especial págs. 22/24



PANTENE

Para a saúde e beleza dos seus cabelos

Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

"Autárquicas ainda podem ter espaços alternativos"

«As eleições autárquicas podem ainda constituir espaços em que as alternativas são possíveis», afirma Lurdes Pintasilgo em entrevista a «O Jornal», na qual diz que não se lhe põe a questão de participar como independente numa lista partidária às próximas eleições locais. Acerca do incidente de que foi um dos protagonistas, relacionado com as comemorações do 25 de Abril, declara: «Fiquei a saber que o PS me atribuiu estatuto formal de secretário-geral! Resta saber de que partido...»

«O Jornal» — A sua intervenção política actual, traduz-se em quê?

Maria de Lourdes Pintasilgo — Poderia responder-lhe com a enumeração das actividades em que ultimamente tenho estado envolvida. Seria demasiado longo. Limite-me, por isso, a referir o quadro genérico em que essas actividades se inserem. Há um tipo de intervenção em que prima a relação de forças e a reacção sobre o imediato dos factos; e há outro tipo de intervenção em que, sem ignorar o elemento conjuntural das situações que vamos vivendo, ganha mais relevo a procura de perspectivas e a reflexão sobre os objectivos que a sociedade quer dar a si própria. A minha intervenção política actual oscila entre estes dois pólos.

P. — São pólos distintos?

R. — No essencial, não são. A minha atenção concentra-se na procura duma perspectiva de fundo, porque só considero possível dar respostas coerentes às questões imediatas quando elas se integram numa perspectiva mais ampla que as engloba e justifica. Essa procura é para mim o essencial da acção política. Verifico que o discurso político habitual — quer o que é directamente expresso pelos dirigentes políticos, quer o que é transmitido pelas ondas dos «mass media» e chega ao grande público — fala quase sempre dos meios e não dos fins. De tal modo, que os meios acabam por aparecer no lugar dos fins. É isto tanto no que diz respeito aos meios instrumentais, como aos meios formais.

P. — Quer dizer...

R. — Dou-lhe alguns exemplos daquilo a que chamo «meios instrumentais». São, na política financeira, a fiscalidade ou a taxa de juro; na política educativa, a construção de escolas; na política do trabalho, a criação de empregos. Serei eu contra qualquer desses instrumentos? Claro que não! Mas a criação de empregos tem de ser precedida de outras questões: quais são as tarefas realmente necessárias na sociedade? Como garantir que essas tarefas sejam fomentadas por investimentos que reforcem a inde-

pendência nacional? Por outras palavras: «criar empregos» não é uma mera operação quantitativa; tem de corresponder a tarefas socialmente úteis e significativas, tanto para a pessoa como para o País. Do mesmo modo, manter ou variar a taxa de juro não é obviamente um objectivo. É um mecanismo destinado a conjugar, optimizando-as, as variáveis que, no nosso caso, têm mais peso: a segurança das PME, a iniciativa dos investidores, as remessas dos emigrantes, o equilíbrio no orçamento individual entre a aspiração ao consumo e o desejo do aforro... O objectivo, esse, situa-se na criação de mais riqueza por esquemas de solidariedade redistributiva e não à custa da exploração de muitos por uns poucos.

P. — E quanto às escolas?...

R. — O raciocínio é o mesmo. Queremos escolas para manter a juventude «sossegada» durante uns anos? Ou queremos escolas para criar centros polivalentes de vitalidade cultural, onde jovens e adultos possam encontrar, com diferentes ritmos, as condições de uma formação não só inicial mas também permanente?

P. — Mas há meios instrumentais que são quase fins...

R. — Claro, mas só na medida em que simbolizam objectivos. O melhor exemplo é o das nacionalizações. No sistema económico previsto na nossa Constituição, as nacionalizações são um meio, subordinado aos grandes objectivos que o art. 81 enuncia: «assegurar a plena utilização das forças produtivas», «eliminar e impedir a formação de monopólios privados», «impulsionar o desenvolvimento das relações de produção socialistas». Ora o que importa, em cada momento da conjuntura, é ajustar o modelo de organização, de gestão, de produção e de articulação das empresas nacionalizadas, de modo a que as nacionalizações sirvam, na prática, aqueles objectivos. O debate meramente ideológico à volta do problema da delimitação dos sectores público e privado pode ser ultrapassado pela firmeza, pela convicção e pela imaginação postas no alcance dos objectivos constitucionais que referi.

cio, de meios formais que se substituíam aos fins. O que queria dizer com isso?

R. — Repare na forma como se generalizou a afirmação de que a «alternância é a regra de ouro da democracia». Quer melhor exemplo de um meio formal convertido em fins? Mas deixemos esse exemplo. O «formalismo» é, quanto a mim, um mal que enforma toda a nossa vida política. É urgente discutirmos as soluções concretas para os problemas concretos dos portugueses. Em vez disso, passam-se semanas, meses, a fazer elocubrações sobre cenários ou modelos formais de alianças possíveis: se a AD se aguenta até às legislativas ou não, se o PS se alia ao PSD ou não, se o PC e o PS alguma vez poderão vir a ter um acordo táctico de governo, e assim por diante. Não é que tudo isso não seja importante. As relações de

forças, os cenários de repartição do poder, as alianças e as clivagens são elementos fundamentais da cena política na medida em que traduzem, ao nível da superestrutura, as próprias tensões que trabalham, por dentro, todo o corpo social. Mas quando esses meios «formais» invadem todo o campo político, eles pervertem radicalmente a própria política, porque se substituem aos seus fins.

Ainda acha abstracto? Lembre-se do que aconteceu no Verão passado: ardiam hectares e hectares de florestas, faltavam bens de primeira necessidade em zonas de forte ocupação turística, os emigrantes precisavam de ver resolvidos problemas fundamentais... E nos chamados meios políticos o que se passava? Assistimos durante quase dois meses à «telenovela» da relação de forças dentro da própria AD!



Maria de Lourdes Pintasilgo
"O PS atribuiu-me estatuto formal de secretário-geral"

Partilho de preocupações de participantes no «encontro da Nova Esquerda»

P. — Há alguns grupos de reflexão sobre a sociedade portuguesa que se sentem próximos da sr.^a eng.^a e que estiveram reunidos há alguns meses. A eng.^a Lurdes Pintasilgo não participou nessa altura na reunião. Sente-se, de facto próximo, de alguns desses grupos de reflexão que acabaram por reunir num encontro que teve a designação de «Encontro com a Nova Esquerda»?

R. — Reconheço em vários dos grupos e pessoas uma preocupação que partilho inteiramente: a da elaboração de uma alternativa viável, que o seja não só em termos programáticos mas também, como disse o Fonseca Ferreira ao vosso jornal, «nas formas institucionais que integrem a participação criativa das populações através dos seus movimentos sociais, das comunidades locais e regionais». Depois de vários anos em que a superestrutura tem sido hipervalorizada, a partir do centro e das cúpulas, é importante sabermos que há grupos e sectores que integram a perspectiva da participação nos seus objectivos políticos.

Isso é tanto mais necessário quanto o conceito de participação está a ser profundamente deturpado pelo actual poder. Neste domínio, o maior paradoxo é a política da regionalização publicitada (céus, publicitada!) a partir do centro e em nome da «identidade cultural»!

P. — Essa sua preocupação com a participação tem que ver com o seu contacto com grupos e populações de várias zonas do país?

R. — Claro que tem. Descubro cada vez mais dinamismo nas várias zonas do país, bem marcadas pelas suas características próprias. Vejo multiplicarem-se os grupos dedicados à intervenção local, à animação cultural, à salvaguarda do património regional. (E olhe que é a juventude a mais interessada nesse encontro com as raízes!). Acho que temos diante de nós uma tarefa apaixonante que é descobrirmos o país palmo a palmo, tentarmos definir a partir de «dentro» as carências e as respostas, identificarmos os verdadeiros pólos de convivência histórica e cultural, as zonas homogêneas que nos integram como povo. Só assim poderemos saber onde começam e onde acabam as nossas diferenças e que país podemos construir com elas...

Será isto romântico? Haverá quem assim pense. Eu não. Dou-lhe apenas um exemplo de uma acção para cujo início contribuí e que tem como motor a capacidade de participação local. A participação só pode ter fôlego quando há algo de aglutinador que mobiliza a população. Em Outubro tive ocasião de contactar a Universidade de Marselha-Provença, numa fase em que a França está a renovar as formas de coopera-

ção técnica com outros países. Discutimos sobre energias renováveis e sobre o papel de transformação de sistema de organização social que a introdução dessas energias pode trazer. Pensei logo num Concelho com quem tenho mantido um certo contacto estes anos, o Concelho de Soure. Há aí predominância da agricultura, uma população com excepcional espírito cooperativo, uma autarquia e um presidente da Câmara com grande dinamismo e visão global das coisas. Veio a Portugal uma missão técnica francesa, tivemos um encontro

informal com a municipalidade de Soure e o projecto está em marcha. Tem o apoio da comissão de planeamento da região Centro e o acompanhamento técnico de duas equipas: da Faculdade de Ciências Económicas de Coimbra e da Universidade Técnica de Lisboa. É um projecto-piloto de desenvolvimento integrado tendo como eixos as energias renováveis e a agricultura. Já viu o que pode acontecer se multiplicarmos iniciativas destas? É construir pela base, a possibilidade de um desenvolvimento autocentrado.

Congresso Federador?

«Positiva a ideia de um forum...»

P. — Voltando atrás, pensa que as pessoas e os grupos a que se referiu serão elementos chave de uma nova dinâmica da Esquerda democrática?

R. — Acho que sim e em dois planos. Há a dinâmica que tem que ver com o reordenamento das forças de esquerda, na sua expressão organizada, na procura de condições para que haja outro poder e outra forma de o exercer. E há outra dinâmica que tem que ver com a movimentação social de pessoas e de grupos na procura de soluções, mesmo fragmentadas e pontuais, que integrem uma verdadeira alternativa. Todas as iniciativas que ajudam a consolidar as forças de esquerda, que congregam esforços isolados ou parcelares, contribuem, a meu ver, para o reordenamento da esquerda.

P. — «O Jornal» lançou em tempos um inquérito que a sr. eng.^a não pôde responder sobre a vantagem de se organizar um congresso federador da esquerda democrática. Considera que isso poderia ter alguma vantagem, ligado àquilo que acaba de dizer?

R. — Tenho várias reservas à expressão, para meu gosto demasiada organizativa, de Congresso Federador... Mas considero positiva a ideia de um forum onde se possam ajustar, em liberdade e sã convivência intelectual, as reflexões que resultam das práticas sociais e políticas de sectores muito variados. Lendo as várias respostas ao inquérito que «O Jornal» lançou, respiguei diversas afirmações que, em meu entender, podem constituir o travejamento desse forum.

Assim, tal forum teria como finalidade testar a possibilidade de «de construir ou não um projecto político» (César Oliveira), centrando-se «na reflexão de fundo» (Jaime Gama) e «confrontando projectos, programas, propostas para ver se é possível chegar a uma base comum» (Vitor Constâncio).

Procurar-se-ia criar «novas realidades políticas» (Sá Borges) que, entre outros efeitos, rompessem com «a bipolarização que se esboça na sociedade portuguesa» (Margarida Marques). Tratar-se-ia pois, de criar uma alternativa para além da alternância, «alternativa que integrasse um conjunto de propostas transformadoras para os vários planos da vida portuguesa» (Jorge Sampaio). E se, por um lado, essa alternativa, sendo política, teria de conter respostas para a conjuntura, i.e., «outra possibilidade

de governo, programa autónomo de progresso e equipas competentes que o executem» (Sousa Franco) ela teria por outro lado implicações a mais longo prazo e até de ordem estrutural, pois se destinaria também «a enriquecer e esclarecer no domínio das ideias o percurso futuro da esquerda democrática» (Salgado Zenha).

Um forum deste tipo encontraria sem dúvida dificuldades de realização. Mas para além das diversidades de pensamento, esta área reconhece-se com «condições de homogeneidade política» (Marcelo Curto). A realização do forum «sem tempo e modo definidos, permite aproximações várias» (Magalhães Mota) de que destaca a «criação de um largo e activo movimento de opinião socialista» (V. Wengorovius) e, se organização é necessária, «uma organização transitória e com uma estrutura flexível» (Henrique de Barros). De facto as personalidades que responderam ao inquérito de «O Jornal» mostram que é possível «obter a melhor dosagem do utópico e do sensato, do diverso e do homogêneo!» (David Mourão Ferreira)

P. — E como vê a ligação desse forum com a dinâmica criada pela movimentação social a que se referiu...

R. — Essa é uma dinâmica de outro tipo. Questiona, como o faz Oliveira Marques em «O Jornal», as categorias mentais usadas até aqui, incluindo a própria noção de «esquerda». E fá-lo, não a partir de uma qualquer doutrina, mas a partir da prática e da convergência experimentadas. Na verdade, há valores que, despidos da sua roupagem ideológico-panfletária, são comuns a muito mais gente do que àquelas que se consideram espontaneamente de esquerda. E não são só os valores arcaicos, raízes profundas da nossa identidade comum. São também valores do presente e do futuro. Todos os que estão sinceramente atentos ao que se passa neles próprios, à sua volta e no mundo, convergem, de algum modo, embora por diversos caminhos, para um futuro comum.

P. — Em que sectores tem encontrado esse tipo de sensibilidade?

R. — Nos mais variados. Tanto tomam a forma da luta persistente de uma cooperativa de teatro que quer dizer a sua mensagem a um vasto público e não tem espaço para isso, como tomam a forma de um grupo

«A esquerda não conseguiu manter actuaes os objectivos socializantes da constituição»

P. — Mas a esquerda faz das nacionalizações uma bandeira...

P. — Pois faz, e percebe-se porquê. Quando tudo parece naufragar, tenta-se salvar o que, na sua materialidade, tem valor de símbolo. A esquerda não conseguiu manter actuaes os objectivos socializantes da estrutura económica da Constituição. Pô-los entre pa-

rêntesis...

Acontece, então, o inevitável: mudam-se as estruturas sem mudar as instituições. À medida que se esbatem os objectivos, as estruturas vão-se acomodando a tudo e as velhas instituições acabam por sair reforçadas desse vazio de definição, permanecendo basicamente as mesmas.

P. — Falou também, no iní-



A ex-primeira-ministra do V Governo Constitucional
"Tento aprender a lição de paciência da própria História"

ad-hoc que se reúne para defender os seus interesses socio-profissionais. Tanto dizem respeito às pessoas que, na cidade, querem pensar e estruturar outros horários de trabalho e transportes menos infernais, como dizem respeito aos grupos que, nas aldeias e pequenas cidades, tentam criar momentos de criação e convivência culturais.

Há nestas aspirações e no seu inconformismo comum perante o presente, algo que não se confina a divisões esquemáticas de política partidária. Há clivagens provocadas por essas aspirações e por esse inconformis-

mo em numerosos sectores que se não consideram de esquerda. Só que essas, clivagens se desconhecem enquanto tais...

Verdade seja que as forças tradicionalmente de esquerda se assumem frequentemente como «cristãos velhos» face aos que se aproximam das suas posições... Parecem considerar a esquerda como uma entidade metafísica quando ela é uma realidade histórica, uma quase prova à posteriori. Não é o credo que se pronuncia no início, é a assinatura que se põe no fim do trabalho feito. Não se define por intenções mas pelas acções que realiza.

«Reordenamento interno da esquerda»

P. — Acha então que está, de facto, em marcha uma movimentação alargada em toda esta área?

R. — Acho que sim. E a dois níveis. Um é o processo de congregação da esquerda, que conduzirá, possivelmente, ao reordenamento interno que todos parecem unânimes em considerar necessário. Outro é o processo de encontro e reconhecimento mútuo das forças sociais com possíveis entrosamentos de acções, procurando perspectivar as práticas sociais efectivas de cada grupo.

O primeiro está a desenhar-se sobretudo através de encontros: foi o encontro da Esquerda Democrática, os debates intitulados *Questões ao PS*, os colóquios promovidos pela UEDS e ASDI.

O segundo vai tomando corpo em vários círculos. Há um ano que eu própria participo na plataforma constituída por vários grupos e forças sociais que se descrevem como «Movimento Intergrupos» e que procura

caminhar a partir das suas práticas efectivas, para um estilo novo de intervenção, toda ela orientada para a revitalização do tecido social. É um movimento que se vai definindo à medida que vai avançando e que pretende ser uma plataforma onde se entrosam práticas sociais muito diversas, embora todas elas susceptíveis de globalização.

É óbvio que os espaços partidários se veriam esvaziados sem os movimentos sociais — basta pensar no mais amplo e mais antigo dos movimentos sociais, o movimento sindical. Mas é igualmente óbvio que os movimentos sociais se vêm sempre perante a difícil definição do seu espaço político. Dificuldade sobejamente conhecida dos movimentos operários, mas hoje também dos movimentos ecológicos, culturais, feministas, autogestionários...

Se estas duas dinâmicas adquirirem «momentum», é possível que possamos contar com soluções novas...

Listas de independentes para as eleições autárquicas

P. — Falou a certa altura da necessidade de uma alternativa. Não pensa que a proximidade das eleições autárquicas seria um bom momento para dar corpo, nas bases que genericamente traçou, à corporização de uma alternativa?

R. — Penso que sim. Mas aí carecemos de um instrumento fundamental. Não é por acaso que está a circular pelo País fo-

ra uma petição à Assembleia da República sobre a constituição de listas de independentes para as eleições autárquicas. Para que contribuições diversas a propostas alternativas se vão concretizando, é muito importante que haja o alargamento da democracia da escolha autárquica. De a esse nível só se podem veicular as orientações e programas dos

partidos políticos, as propostas não traduzirão todas as ideias e todas as práticas vivas no corpo social.

As eleições autárquicas podem ainda constituir espaços em que as alternativas são possíveis. Há, aliás, casos concretos, na vida portuguesa, que têm demonstrado o que significa a ligação dos vários aspectos da democracia política, social, económica e cultural na prática autárquica. Simplesmente, essas experiências são apenas conhecidas localmente; raramente são retomadas a outra escala. O que há de positivo na experiência dos autarcas não tem sido suficientemente assumido e interpretado no significado que tem para a resolução dos problemas nacionais.

P. — Daquilo que diz, posso concluir que está pouco virada para poder vir a participar como independente, numa lista

partidária, concorrente às eleições autárquicas?

R. — É uma questão que não se me põe.

P. — Como é que comenta as notícias aparecidas, nomeadamente em «O Jornal» da semana passada, segundo as quais a direcção política do PS, invocando que não deveria usar da palavra, nas comemorações do 25 de Abril, qualquer primeiro-ministro de um Governo de iniciativa presidencial, vetou o seu nome da lista dos oradores?

R. — É um incidente a que não dou demasiada importância. A versão «oficial» que me foi transmitida foi a de que «dado o meu perfil político, se eu falasse deveriam também usar da palavra os secretários-gerais dos partidos...» Fiquei a saber que o PS me atribuiu estatuto formal de secretário-geral. Resta saber de que partido...

Exclusão da lista de oradores no comício de 25 de Abril: «decepção e pena»

P. — Mas a verdade é que sabe-se que dias antes, quando um representante do PS falou desse alegado motivo para a sr.^a eng.^a não intervir houve consenso em que se o problema fosse esse, então devia falar também o dr. Mário Soares, se quisesse, e o dr. Cunhal, se o entendesse. E o PS não aceitou... Além disso, também há os casos dos profs. Henrique de Barros e Vasco da Gama Fernandes... Como comenta tudo isto, nomeadamente à luz de uma eventual possibilidade futura de uma plataforma de esquerda?

R. — A lição que tiro destes factos é a de que estamos ainda longe de podermos falar de convergência das duas dinâmicas a que me tenho estado a re-

ferir. Mesmo numa comissão cívica, em que os cidadãos participantes — originários ou não de partidos políticos — devem ser os únicos juizes das suas decisões, são veiculadas posições tomadas noutras sedes. Esta atitude coaduna-se mal com a defesa da não-ingerência dos partidos políticos nos comportamentos das centrais sindicais, por exemplo... Há um longo caminho a percorrer. E nessa perspectiva tento aprender a lição de paciência da própria História. Mas quando para seguir esse caminho é necessário marginalizar alguém tão acima de todas as lutas e controvérsias como é o prof. Henrique de Barros, não posso deixar de exprimir a minha decepção e a minha pena.

N.º 31, já à venda

JL jornal de letras, artes e ideias

Lurdes Pintasilgo escreve sobre cultura e tecnologia

Álvaro Guerra fala do seu novo romance

Orson Welles: «Aprendi a ler em Shakespeare»

O 25 de Abril e a Revolução de 1383
Um artigo de José Fernandes Fátima

Compre já! é indispensável...

ESTREMOZ ELVAS EUROPA

A partir do dia 30 de Abril, os assinantes do Grupo de Redes de Estremoz e da Rede de Elvas, passam a ter acesso directo aos países da Europa com ligações internacionais automáticas.

Para obter a ligação basta marcar o Indicativo Europeu 00, seguido do Indicativo do País, do Indicativo da Zona ou Localidade e, finalmente, do número de telefone desejado.

Para informações mais detalhadas consulte o folheto «Estremoz, Elvas-Europa».

TELECOMUNICAÇÕES

Documentação e FUNDADO E CUIDAR O FUTURO